

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP**

Antonio Augusto Surian Cera Filippini

**ÍNDICE DE DEMOCRATIZAÇÃO: UM ESTUDO DE
CASO EM RIBEIRÃO PRETO**



Araraquara - São Paulo
2024

Antonio Augusto Surian Cêra Filippini

Índice de Democratização: Um Estudo de Caso em Ribeirão Preto

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Maria Teresa Miceli Kerbauy

Araraquara - São Paulo
2024

F483i Filippini, Antonio Augusto Surian Cera
Índice de Democratização: Um Estudo de Caso em
Ribeirão Preto / Antonio Augusto Surian Cera Filippini. --
Araraquara, 2024
34 p. : tabs., fotos

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências
Sociais) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara
Orientadora: Maria Teresa Miceli Kerbauy

1. Ciência Política. 2. Política Local. 3. Índice de
Democratização. 4. Ribeirão Preto. I. Título.

Antonio Augusto Surian Cêra Filippini

Índice de Democratização: Um Estudo de Caso em Ribeirão Preto

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Data da defesa/entrega: 28/11/2024.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Membro Titular: Profa. Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Membro Titular: Prof. Me. Bruno Souza da Silva

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP.

Local: Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras UNESP – Campus de Araraquara.

AGRADECIMENTOS

Na filosofia de Friedrich Nietzsche, *Amor fati* significa “amor ao destino”, a aceitação integral da vida e do destino humano, mesmo que seja em seus aspectos mais cruéis e dolorosos, pois são eles parte de um caminho inevitável que nos molda.

A utilização deste conceito em um agradecimento remete a todo o processo de aprendizagem que tive ao longo de minha vida, todos os acontecimentos que fizeram eu ser hoje quem sou. Particularmente penso que é muito difícil categorizá-los de modo a destacar aqueles que tiveram maior impacto na minha vida, então aqui vai uma humilde tentativa.

Tenho muito a agradecer à minha orientadora, Professora Dra. Maria Teresa Kerbauy, que aceitou me orientar nesses últimos anos, e graças a seus conhecimentos e orientações possibilitou a realização deste trabalho e da minha bolsa de iniciação científica.

Agradeço profundamente aos meus amigos, que foram um pilar de apoio constante. Nos momentos de dúvida e de estresse, sempre pude contar com palavras de incentivo e com a presença de quem realmente se importa comigo. Aproveito para agradecer aos meus colegas que conheci ao longo do curso, juntos compartilhamos muitos momentos de aprendizado e de crescimento.

Lembro-me com carinho de todos os professores que tive ao longo da minha vida, desde o ensino Primário até o Superior. Todos eles contribuíram, mesmo indiretamente, com o meu desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual e social.

Impossível seria chegar até aqui sem o apoio de meus familiares, meus pais Adilson Filippini e Izabele Filippini, e meu irmão João Pedro Filippini, que sempre me incentivaram, apoiaram e possibilitaram o meu desenvolvimento e formação.

Aos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui, meu muito obrigado. Esse trabalho é fruto de um esforço coletivo e não teria sido possível sem a presença de vocês em minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo aplicar o Índice de Democratização de Vanhanen em nível municipal na cidade de Ribeirão Preto, analisando as eleições entre 2000 e 2020. A pesquisa mensura o grau de democratização com base nos índices de participação e competição política em eleições majoritárias (prefeito) e proporcionais (vereadores). Utilizando dados das eleições e fórmulas adaptadas, o estudo avalia como fatores externos, como a Operação Sevandija (2016) e a pandemia de Covid-19 (2020), influenciaram o comportamento eleitoral e a democratização local. Os resultados mostram uma maior democratização nas eleições proporcionais, com uma média de 56,51, em comparação com 47,14 nas majoritárias. Além disso, observou-se uma correlação fraca (-0,097) entre o índice de democratização e a taxa de reeleição de vereadores, sugerindo que a continuidade no poder não está fortemente associada à democratização no caso específico estudado. A pesquisa deve contribuir para um entendimento mais adequado das dinâmicas políticas em Ribeirão Preto e sugere que eventos locais e nacionais afetam a participação e competitividade eleitoral.

Palavras-chave: Democracia Local; Índice de Democratização; Ribeirão Preto.

ABSTRACT

This study aimed to apply Vanhanen's Democratization Index at the municipal level in Ribeirão Preto, analyzing elections between 2000 and 2020. The research measures the degree of democratization based on participation and political competition indices in majoritarian (mayoral) and proportional (city council) elections. Using election data and adapted formulas, the study examines how external factors, such as the Sevandija Operation (2016) and the COVID-19 pandemic (2020), influenced electoral behavior and local democratization. Results show a higher democratization in proportional elections, with an average index of 56.51, compared to 47.14 in majoritarian elections. Additionally, a weak correlation (-0.097) was found between the democratization index and city council re-election rates, suggesting that power continuity is not strongly associated with democratization in this specific case. This research contributes to a more nuanced understanding of political dynamics in Ribeirão Preto, indicating that local and national events impact electoral participation and competition.

Keywords: Local Democracy; Democratization Index; Ribeirão Preto.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 - Índice de Democratização no Município.	17
Quadro 1 - Estatísticas descritivas do ID no município.	17
Gráfico 2 - Vereadores Reeleitos e Total de Vagas.	22
Gráfico 3 - Correlação entre Índice de Democratização e % de Vereadores Reeleitos.	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNESP - Universidade Estadual Paulista

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

EIU - Economist Intelligence Unit

FH - Freedom House

V-Dem - Varieties of Democracy

ID - Índice de Democratização

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado

Coderp - Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto

Daerp - Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto

TJ - Tribunal de Justiça

STF - Supremo Tribunal Federal

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PFL - Partido da Frente Liberal (agora UNIÃO BRASIL)

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro (atualmente MDB)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
2- ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL	14
3- MATERIAIS E MÉTODOS	16
4- RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5- REELEIÇÃO NO MUNICÍPIO	24
6- CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	36

1- INTRODUÇÃO

Segundo Diamond (2017), desde a virada do milênio, ocorreram pelo menos 25 rupturas com modelo democráticos, que envolvem desde golpes de Estados mais nítidos, até lentas degradações de um regime democrático e consolidação para um modelo autoritário ou surgimento de um regime iliberal. As instituições representativas perdem sua legitimidade, pois se mostram ineficazes em responder às demandas e anseios populares, gerando uma crise de identidade. Dessa forma, os cidadãos se sentem mais distantes em relação às instituições que deveriam representá-los, criando uma concepção contrária à democracia até desenvolver uma apatia por ela (SILVA, 2020).

O índice de democracia criado pela revista “The Economist”, demonstrou que desde 2006 a democracia mundial anda em retrocesso. Esse índice indicou uma pontuação de 5,51 em 2006, ano do início do estudo, e já em 2019 apontava 5,44. O índice é formado por 60 indicadores, separados em categorias como processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política (THE ECONOMIST, 2020).

Para Peres (2008), até 1940 os fenômenos políticos eram abordados de forma “especulativa, descritivas e formalistas (p. 54)”, inspiradas pela Filosofia Política e pelo Direito, que ficou conhecida como institucionalistas, e posteriormente como antigo institucionalismo, devido às teorias neo-institucionalistas que surgiram na década de 1970. No contexto da Guerra Fria, os fenômenos passaram a ter mais ênfase nas ações e comportamentos dos atores, além da compreensão do funcionamento das instituições políticas. Muitos países passaram por processos de transição democrática, enquanto as democracias já existentes buscavam consolidar-se.

Neste contexto de transição democrática, e maior entendimento acerca das democracias que surgiam no mundo, houve a necessidade de avaliar e comparar o grau da democracia nos diversos países. Os índices foram criados como ferramentas para medir o progresso democrático, promover padrões do modelo e fornecer uma base objetiva para avaliar o desempenho dos países em relação aos ideais democráticos. Os primeiros índices surgiram nas décadas de 1970 e 1980 com concepções mais rígidas acerca da definição de democracia,

e com o tempo houve um aumento de novos de índices, devido ao avanço da tecnologia e da coleta de informações, levando em consideração novos indicadores que agora podiam ser calculados e utilizados para o processo de avaliação das democracias.

Alguns índices mais famosos e utilizados devem ser destacados, como o Economist Intelligence Unit's (EIU) Democracy Index; Freedom House's (FH) Freedom in the World; Varieties of Democracy (V-Dem) pelo projeto V-Dem; O índice do The Economist; o Índice de Democracia Local do Instituto SIVIS. Todos esses indicadores utilizam de ferramentas, elementos e dados diferentes, porém com a finalidade de mensurar a democratização a partir de um conjunto de variáveis estabelecidas particularmente por cada índice, simplificando a comparação da democratização. Para Lopes (2014) os valores políticos-culturais distintos entre as sociedades, indicam diferentes modelos de democracia adotados pelos Estados, influenciando assim, os elementos utilizados nas análises desses índices.

Os estudos acerca da democracia local têm ganhado relevância para a compreensão do fenômeno do retrocesso democrático no mundo, como citado anteriormente. Para Elstub (2008), a relação entre esses estudos com o fenômeno se dá na aproximação dos cidadãos com as decisões políticas, criando um processo de maior engajamento político, para que as comunidades identifiquem seus problemas e encontrem soluções para eles. Seguindo uma linha de pensamento semelhante, Bulmer (2017) diz que a renovação da democracia em escala nacional pode ser correspondida, em alguns casos, através do fortalecimento da democracia local. Segundo Almeida e Lopez (2014), a representação política no âmbito municipal é a que possui maior proximidade com os eleitores quando comparado aos demais cargos políticos representativos. De acordo com os autores "A proximidade torna os vereadores canal de mediação e interlocução importante da população com os órgãos do poder público local" (ALMEIDA, LOPEZ, 2014, p. 185-186). Esse argumento aponta como o campo da política local é relevante para o entendimento de nossa democracia, e de nosso sistema representativo eleitoral.

A constituição de 1988 concedeu aos municípios uma capacidade política inédita através da autonomia local, tanto na criação de leis próprias quanto na gestão do orçamento (KERBAUY, 2016). Levando em conta que os vereadores são encarregados do processo legislativo e o prefeito é o líder na administração dos recursos orçamentários na implementação de políticas e serviços públicos, a importância da democracia local é significativa. Afinal, são os representantes mais próximos das demandas dos cidadãos e, em grande parte, entender as condições de democratização no âmbito local é reconhecer suas

possibilidades e obstáculos.

Esse processo já vinha ocorrendo antes de 1988, Kerbaui (2016) destaca a reforma tributária de 1965, a Lei Orgânica dos Municípios de 1967, e a criação das regiões administrativas no interior dos estados, todas essas medidas além de dar uma nova estrutura jurídico-administrativa para os municípios, também trouxeram mudanças na administração e nas redes do poder local, já que o município contava com maior autonomia. Essas reformas aumentaram a autonomia fiscal dos estados e municípios, descentralizando o sistema decisório e dando aos municípios brasileiros maiores competências administrativas, econômicas e sociais.

Esse processo de descentralização foi consolidado na Constituição de 1988, que elevou os municípios como unidades federativas, que garantiu autonomia na gestão de políticas públicas. Os municípios passaram a ter maiores recursos decorrentes das transferências institucionais, além da capacidade de legislar assuntos relacionados aos interesses políticos, econômicos e sociais locais. Devido a essa nova condição do município, foram atribuídas responsabilidades políticas e fiscais que anteriormente apenas os Estados e a União possuíam (SILVA, 2007. KERBAUY; ROCHA, 2014). A argumentação destes autores contribui para maior ênfase nas pesquisas de caráter local.

Dantas (2014) também destaca a importância da análise política local, tendo em vista que não é simples reflexo da política em escala nacional. A política local deve ser observada com base nas complexidades e particularidades subjacentes das elites locais, suas trajetórias, sua influência nas dinâmicas de competição pelo poder político, a forma como os partidos se articula, desviando-se e, ocasionalmente, contradizendo a lógica nacional, entre outros fatores.

Segundo Dahl (2012), às democracias modernas poderiam ser melhor classificadas como Poliarquias, já que nelas o sistema político está distribuído entre uma pluralidade de atores. Este conceito procura classificar os diferentes níveis de democratização de uma sociedade, sendo uma Poliarquia regimes altamente liberalizados e popularizados, já que possuem uma ampla participação social na política e no processo eleitoral, além de uma vasta gama de candidatos e opções nas eleições.

Partindo dessa premissa de Dahl (2012), que a competição e a participação política são as principais características que definem um sistema como democrático, Vanhanen (2003) considera seu trabalho sobre Índice de Democratização (ID) como a aplicação dos conceitos de Dahl (2012). Vanhanen possui concepções semelhantes, já que para ele a concorrência

(competição) e grau de participação (inclusão) aumentariam a divisão dos recursos dentre os diversos grupos (CERVI; NEVES, 2019). Considerando esses dois elementos, competição e participação, é possível calcular o Índice de Democratização de um país, e adaptando a fórmula proposta por Vanhanen, o índice pode ser calculado em esfera municipal.

Partindo dos pressupostos de democracia para Dahl (2012) mencionados anteriormente, e a forma como Vanhanen “metrificou” esses pressupostos através de seu índice, esta pesquisa insere-se dentro daqueles que visam compreender e aplicar os indicadores de democracia, neste caso em específico o Índice de Democratização de Vanhanen em escala municipal na cidade de Ribeirão Preto no intervalo de 2000 até 2020 nos anos em que houve eleições municipais, tanto na esfera do Legislativo, quanto na do Executivo

Para esta análise, inicialmente foi calculado o índice em cada ano referenciado, no caso os que ocorreram eleições municipais (2000, 2004, 2008, 2012, 2016, 2020.) em ambos os cargos no Legislativo e Executivo, e posteriormente, foi feito uma análise sobre os anos em que houve uma alteração visível e destacada no índice, visando correlacionar com elementos e acontecimentos sociais, políticos e econômicos que ocorreram no município que poderiam influenciar na alteração do índice.

Dentro do cenário acadêmico nacional, Cervi e Neves (2019) aplicaram o mesmo índice em escala municipal nacional, abrangendo todos os municípios do país nas eleições municipais de 2016, categorizando-os por faixas populacionais e posteriormente calculando a média do índice nas eleições majoritárias e proporcionais dentro daquela faixa. Essa pesquisa procurou abordar de maneira diferente o índice, focando sua aplicação em apenas um município, além de contemplar seis eleições municipais dentro do município.

Para guiar o andamento da pesquisa, as seguintes perguntas foram realizadas: Qual é o Índice de Democratização de Ribeirão Preto no período estipulado? Como esse índice variou? Quais fatores externos que ocorreram na cidade podem ter influenciado o índice?

O município de Ribeirão Preto registrou uma população maior que 698 mil pessoas em 2022, além de mais de 439 mil eleitores aptos. Esses números mostram as grandes proporções que a cidade possui. O município possui como sua principal atividade econômica, o setor de serviço, que possui um valor estimado de R\$24 bilhões em 2019 segundo o IBGE. Além da cidade ser considerada a “Capital Brasileira do Agronegócio”, devido sua produção com foco na cana de açúcar, e também pelo setor de serviço estar destinado a área do agronegócio. Esses fatores, além do histórico eleitoral e político na cidade, justificam a escolha da pesquisa em Ribeirão Preto.

2- ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO BRASIL

As eleições municipais no Brasil ocorrem a cada quatro anos, estando intercaladas com as eleições federais e estaduais. Seu funcionamento demonstra similaridades com as escalas federais e estaduais, envolvendo escolha de candidatos, formação de coalizões partidárias, campanhas e resultado para cargos do Legislativo municipal (vereadores) e Executivo municipal (prefeitos), além de um recente entendimento elaborado por Lavareda e Telles (2022) que as eleições municipais serviriam de barômetro para os desempenhos das siglas partidárias nos pleitos subsequentes:

A despeito das relações personalistas e das idiossincrasias das disputas nesse plano, apresentamos aqui um inédito enquadramento teórico que evidencia que as eleições municipais são, sim, capazes de oferecer um entendimento sistêmico sobre a política brasileira. Especificamente, argumentamos que tais pleitos captam ex ante o mood ideológico das eleições gerais que os sucedem, sinalizando tendências sobre a competitividade dos diferentes espectros nas disputas estaduais e na corrida presidencial subsequentes (p. 62-63).

Cervi e Neves (2019) argumentam de forma similar que os pleitos locais seriam prévias para a disputa eleitoral que devem ocorrer dois anos depois. Por mais que existam dificuldades para encontrar uma tendência nacional dos partidos, devido às dimensões continentais e a grande variação socioeconômica do Brasil, as siglas nacionais permitem a existência do interesse das lideranças locais com um sistema multipartidário integrado, além de conexão entre as lideranças horizontais e verticais, devido a sua organização e representação por partidos nacionais. Neste contexto, as eleições municipais serviriam de Proxy para medir elementos como a distribuição geográfica dos votos nos partidos e a força eleitoral dos mesmos.

No Brasil, o papel do município se desenvolveu de forma diferente quando comparado a outros lugares do mundo, pois como ente federativo dá aos prefeitos e vereadores mais poder institucional do que em outros países. O município possui autonomia fiscal e política, sendo o responsável por áreas como a execução de políticas públicas, vincular políticas com os outros entes federados (Estado e União) nas áreas de saúde, transporte, educação, assistência social, além de legislar com exclusividade sobre a regulação e uso de solo (Brambor; Ceneviva, 2012). O vínculo entre as esferas municipal, estadual e nacional é bem definido e presente dentro de nosso sistema representativo, que oferece aos prefeitos e

vereadores uma importância que vai além dos interesses partidários locais. Devido sua autonomia política e fiscal, além de gerir os recursos próprios e executar políticas públicas, gera no município um processo de militância política local em relação a estrutura partidária nacional. Esse processo de descentralização deu maior ênfase no controle e avaliação de programas sociais sob a esfera municipal, como o “Bolsa Família”, além de nas últimas décadas, os municípios também passaram a ser responsáveis pela implantação desses programas (Cervi Neves, 2019).

3- MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa, foi necessária uma adaptação do Índice de Democratização, tendo em vista que sua aplicação e desenvolvimento original por Vanhanen (2003) realizou um estudo comparativo entre países, e aqui foi abordado apenas um município e sua variação ao longo de 20 anos. Em seus estudos, o autor considera que a democratização pode ser medida a partir dos comportamentos dos atores, os políticos que realizam uma organização partidária e eleitoral a fim de conseguirem mais votos, e os eleitores que possuem opções distintas, como se devem participar do pleito ou não, ou então em qual partido/candidato escolher. Com esse processo chega-se a dois fatores que explicam o nível de democratização do país, a competição entre os políticos e partidos, e a participação eleitoral (Cervi; Neves, 2019).

Quanto maior for a taxa de participação, mais forte é a democracia. A forma mais simples de encontrar esses dados é através da abstenção eleitoral, que foi retirada diretamente do site do Tribunal Superior Eleitoral. Quanto mais pessoas participando do processo eleitoral, maior a atenção à democracia eleitoral naquele país, e quanto menor for a participação, maior a concentração de poder e manutenção em um só grupo dominante. Já a competição política entre atores e partidos o entendimento é que quanto maior a pluralidade de escolhas eleitorais, além de uma maior diluição dos votos nos partidos, mais democrático é o sistema eleitoral. A forma de medir essa competição é pela quantidade de votos nos menores partidos/candidatos, se o partido vencedor do pleito conseguir uma diferença alta de votos dos demais partidos, menos democrático é o sistema, devido à concentração de poder em um único partido, porém se a quantidade de votos for mais homogênea, maior é a distribuição de poder e de cargos entre os demais partidos (Cervi; Neves, 2019).

Cervi e Neves (2019) utilizaram o índice de Vanhanen contextualizando-o à realidade das eleições municipais brasileiras. O princípio é calcular dois índices, um relacionado às eleições proporcionais (vereadores) e outro para as majoritárias (prefeitos) em Ribeirão Preto, nos anos de 2000, 2004, 2008, 2012, 2016 e 2020, anos em que houveram eleições municipais. Com isso, será possível identificar diferentes tipos de participação e competição nas eleições municipais e como variam ao longo do tempo estabelecido.

Para o cálculo final do Índice de Democratização foi utilizado a proposta original de Vanhanen (2000):

$$ID = \frac{compID \times partID}{100}$$

Sendo:

ID = índice de democratização;

compID = indicador de competição;

partID = indicador de participação

As adaptações da proposta original estão presentes nos indicadores de competição e participação. Para identificar a participação usamos:

$$partID = \frac{compar}{eleitor} \times 100$$

onde:

partID = indicador de participação;

compar = comparecimento eleitoral;

eleitor = total de eleitores registrados no município.

Para medir a competição, foi usado a seguinte fórmula:

$$compID = \frac{(compar - votelei)}{(compar - 1)} \times 100$$

onde:

compID = indicador de competição;

compar = comparecimento em número de eleitores;

votelei = total de votos no partido/candidato eleito.

Vale ressaltar que todos os dados foram obtidos no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O comparecimento considera todos os eleitores que participaram do pleito, ou seja, votaram em um candidato, partido, votaram em branco ou anularam o voto. No caso das eleições para prefeitos, foram considerados os votos no primeiro turno do partido eleito, já no caso dos vereadores, foram considerados os votos nominais a todos os candidatos eleitos.

Para calcular a correlação entre o índice de democratização no legislativo com a reeleição dos vereadores foi utilizado a correlação de Pearson, que mede a relação linear entre duas variáveis, independentemente das unidades. Um valor alto (próximo de 1 ou -1) indicaria uma forte relação linear, enquanto um valor próximo de 0 indicaria pouca ou nenhuma relação linear.

A escolha de realizar um teste de correlação entre o índice de democratização e a taxa de reeleição de vereadores decorre da necessidade de compreender a relação entre a qualidade democrática e a estabilidade política em nível municipal. Quando realizamos o teste de correlação, nosso objetivo é determinar a presença de uma relação linear entre essas duas variáveis.

Uma correlação positiva indicaria que, conforme o grau de democratização avança, também se observa uma tendência de aumento na reeleição de vereadores, o que pode indicar uma maior confiança nas instituições democráticas. Em contrapartida, uma correlação negativa poderia sugerir que, em cenários de maior democratização, ocorre uma renovação política mais intensa, resultando em uma taxa de reeleição reduzida.

Para seu cálculo foi utilizado a seguinte fórmula:

$$r = \frac{\sum(X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y})}{\sqrt{\sum(X_i - \bar{X})^2 \sum(Y_i - \bar{Y})^2}}$$

onde:

X_i e Y_i são os valores individuais das duas variáveis;

$\bar{X}$ e $\bar{Y}$ são as médias de XXX e YYY, respectivamente;

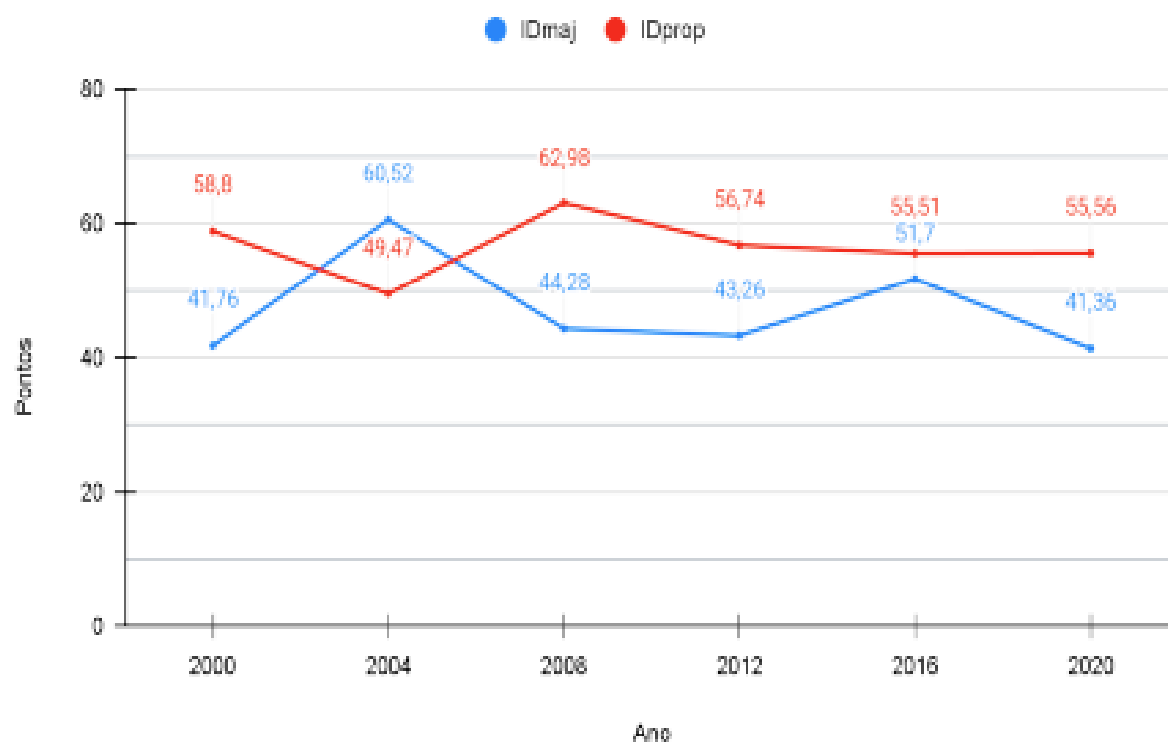
$\sum$ indica a soma sobre todos os pontos de dados.

4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

O gráfico abaixo ilustra a variação do índice de democratização na esfera do legislativo e executivo municipal ao longo dos anos de eleição, de 2000 a 2020. A análise do gráfico permite observar a evolução democrática eleitoral e participação política em diferentes momentos do município de Ribeirão Preto, capturando as tendências de democratização em momentos-chave do processo eleitoral. Ao comparar as mudanças nos índices do legislativo e executivo, é possível analisar como esses dois poderes têm se comportado em termos de inclusão e pluralidade ao longo das últimas duas décadas, fornecendo uma visão ampla das dinâmicas de competição eleitoral da política local. Uma tabela foi também elaborada, que exhibe os mesmos indicadores do gráfico, porém com a adição da diferença entre o índice de democratização no legislativo e no executivo, além do desvio padrão, que permite uma maior visualização da diferença entre os indicadores e suas variações.

Gráfico 1 - Índice de Democratização no Município.

ÍNDICE DE DEMOCRATIZAÇÃO NO MUNICÍPIO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Quadro 1 - Estatísticas descritivas do ID no município.

Ano	IDmaj	IDprop	Diferença
2000	41,76	58,8	-17,04
2004	60,52	49,47	11,05
2008	44,28	62,98	-18,7
2012	43,26	56,74	-13,48
2016	51,7	55,51	-3,81
2020	41,36	55,56	-14,2
Média	47,14	56,51	-9,37
Desvio Padrão	6,576	4,112	2,464

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

As principais informações do gráfico e da tabela são: a média de democratização nas eleições proporcionais (56,51) é maior do que a média das eleições majoritárias (47,14); em apenas um momento as eleições majoritárias foram mais democráticas do que as proporcionais; o índice nas eleições proporcionais teve um desvio padrão de 4,112, enquanto que nas disputas majoritárias teve 6,576, evidenciando que as eleições majoritárias foram mais heterogêneas e variaram mais; por mais que ambos os índices variaram ao longo do tempo analisado, eles não demonstraram fortes tendências de queda ou ascensão, evidenciando a estabilidade da democratização eleitoral.

No gráfico, o ano de 2004, apresenta diferença notável uma vez que o índice de democratização dos vereadores é menor do que o índice de democratização de prefeitos, diferente de todos os outros anos analisados. Alguns fatores podem ser apontados como responsáveis por essa brusca alteração.

Em 2004, tivemos a maior soma de votos para vereadores eleitos em comparação com os outros anos. No entanto, apesar de inicialmente parecer que isso poderia aumentar a democratização entre os vereadores, ocorreu o fenômeno oposto, isso porque os votos ficaram concentrados apenas nos candidatos eleitos, e, nesse ano em particular, uma única candidata recebeu uma grande quantidade de votos. No ano em questão a então já vereadora, e posteriormente prefeita, Dárcy Vera (PFL) conseguiu se reeleger com a marca histórica de 27.787 votos, concentrando grande parte dos 125.768 votos somados de todos os 20 vereadores eleitos naquele ano, contribuindo assim para a diminuição do índice, já que os votos ficaram concentrados nos vereadores eleitos.

Outro fator que contribuiu para essa inversão no gráfico foi a distribuição dos votos no primeiro turno entre os candidatos a prefeito naquele ano. Diferente das eleições municipais de 2000 e 2008, o pleito de 2004 precisou de 2 turnos para que o prefeito fosse eleito, evidenciando uma maior disputa entre os candidatos do Poder Executivo. As fórmulas utilizadas para medir o Índice de Democratização nesta pesquisa consideram apenas os votos no primeiro turno no candidato que foi eleito, mesmo que a disputa precisasse de um segundo turno para ser concluída. O primeiro turno no referido ano contou com três candidatos com grande proximidade de votos: Welson Gasparini (PSDB), que foi o candidato eleito em

segundo turno, com 86.066 votos no primeiro turno; Baleia Rossi (PMDB) com 66.622 votos; e mais próximo do segundo lugar que não foi a disputa no segundo turno Gilberto Maggioni (PT) com 62.356 votos.

Diferente dos outros, anos que contou com grande quantidade de votos no candidato eleito já no primeiro turno, como Antonio Palocci (PT) com 146.112 em 2000, Dárcy Vera (PSD) com 154.739 em 2008 e 155.265 em 2012. 2004 contou com essa proximidade de votos entre os candidatos e também concentrou os votos naquele que foi eleito, fazendo assim com que o Índice contasse com uma abrupta queda nesse ano, marcando a baixa histórica no período analisado.

Apesar do índice de democratização em 2020 ter praticamente se mantido no mesmo patamar de 2016, é nítido a alta abstenção eleitoral naquele ano, que chegou em 35,6% em Ribeirão Preto¹(SENADO FEDERAL, 2020) . Não só na cidade de Ribeirão Preto este alto índice ocorreu, em todo o país ele esteve presente, com uma média de 29,5%, e para muitos especialistas a pandemia de Covid-19 foi um dos principais responsáveis por essa alta abstenção (CARREIRÃO, 2022). Segundo o então Presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Luís Roberto Barroso, destacou o medo relacionado à doença, estarem contaminados com ela ou então com sintomas delas seria um dos responsáveis pelo aumento da abstenção.

Vale destacar também a mudança no padrão eleitoral em dois momentos no período analisado de 2000 até 2020. A primeira mudança se dá no ano de 2006, com o fim da chamada “verticalização” eleitoral, que teve sua primeira aparição nas eleições de 2002, a verticalização foi uma regra que obrigava os partidos políticos a formarem alianças eleitorais nos níveis federal, estadual e municipal de forma coerente, ou seja, uma coligação formada em nível nacional deveria ser reproduzida nos estados e municípios, e vice-versa. Porém, teve seu fim em 2006, com a Emenda Constitucional Nº 52, de 8 de Março de 2006, os partidos agora teriam autonomia para adotar seus critérios de escolha nas coligações eleitorais, sem a obrigatoriedade de vínculo entre as diferentes esferas. Para Reis (2014) “Curiosamente, a verticalização sempre veio de cima para baixo, nunca de baixo para cima (p. 45)”, evidenciando como esse modelo deixava as gestões partidárias locais a mercê das gestões em esferas estaduais ou nacionais, após o fim dele, os partidos tiveram maior autonomia para decidir suas coligações de maneira convincente as realidades locais.

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020>

A segunda mudança é o fim das coligações partidárias para os pleitos proporcionais que foi adotado nas eleições municipais 2020. A Emenda Constitucional Nº 97 de 4 de Outubro de 2017 colocou fim às coligações partidárias nos pleitos para cargos proporcionais, ou seja, vereadores, deputados estaduais e distritais e deputados federais, só poderiam concorrer numa chapa única dentro de seus respectivos partidos. Passadore e Forigo (2021) analisam os efeitos dos fins da coligação no Brasil, e concluem que: “Portanto, o fim das coligações apenas reduziu a competição política nessas localidades e fortaleceu os executivos dos municípios em regra mais dependentes das transferências de recursos de outros entes federados (p. 195)”. Argumentam também que os partidos “catch-all” foram os mais beneficiados com essa política, além de causar um afastamento entre o cidadão e o parlamentar.

Quando analisamos o Índice de Democratização de Ribeirão Preto, percebemos que a análise citada anteriormente se deu no caso do município. O ano de 2020 registrou o menor Índice de Democratização na esfera do Executivo com 41,36 na escala, e o Legislativo se manteve praticamente o mesmo comparado a 2016.

5- REELEIÇÃO NO MUNICÍPIO

Um tema bastante presente e discutido dentro da ciência política é o da reeleição. Abordado por Brambor e Ceneviva (2012) como incumbência do mandato. A emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, instituiu o sistema de reeleição para os cargos ligados aos chefes do Poder Executivo, permitindo assim que Prefeitos, Governadores e o Presidente da República disputassem uma reeleição para a mesma função por mais um mandato exercendo o cargo.

Segundo Brambor e Ceneviva (2012), os defensores dessa política de reeleição argumentam que melhoraria a capacidade de decisão dos eleitores, tendo em vista que eles poderiam premiar aquele governante que geriu bem durante seu mandato, e punir aquele que não. Já aqueles que discordam da reeleição defendiam que ele fere os princípios de alternância no poder e da limitação de tempo em um cargo político, e principalmente que o incumbente se beneficiaria de poderes em relação aos outros candidatos, já que seu nome estaria sendo exposto com mais frequência na mídia, tendo mais visibilidade, maior facilidade para obter recursos financeiros para a campanha, além do uso da máquina pública a favor de sua reeleição.

Barreto (2009) aborda o tema da reeleição nas eleições para prefeito nas 26 capitais e em mais 36 cidades com mais 200 mil eleitores, considerando as eleições de 2000, 2004 e 2008, busca encontrar o índice de sucesso dos prefeitos que tentaram sua reeleição. Seus resultados foram que, daqueles prefeitos que buscaram se reeleger, 72,5% obteve sucesso, tendo atingido 89% em 2008, mostrando um claro favorecimento daqueles prefeitos que já exercem seu mandato comparado seus adversários.

Brambor e Ceneviva (2012) seguem uma linha de pensamento oposta, argumentando sobre a pesquisa de Barreto (2009) que “Esses estudos, apesar dos méritos teóricos e do pioneirismo sofrem, no entanto, de problemas metodológicos relevantes, que colocam em suspensão suas conclusões.” (BRAMBOR; CENEVIVA. 2012, p. 11), alegando em primeiro lugar que 62 municípios brasileiros analisados não representam a totalidade dos 5.560 municípios existentes, e que apresentavam resultados diversos quando comparados aos outros municípios existentes, e em segundo lugar que atributos como carisma, força do partido na região, propaganda e entre outros que não foram considerados, podem ser elementos

fundamentais para determinar o prefeito como vitorioso na próxima eleição.

Nesta mesma pesquisa de Brambor e Ceneviva (2012), após uma análise sobre a incumbência nas eleições municipais no Brasil de 2000 até 2008, chegaram a conclusão de que não havia nenhuma vantagem eleitoral significativa vinda da incumbência da prefeitura, na verdade argumentam o contrário, de que os resultados expressaram que prefeitos que tentam sua reeleição, sofrem uma considerável corrosão em seu desempenho, cerca de 4% na sua margem de votos quando concorriam exercendo o cargo no Executivo municipal.

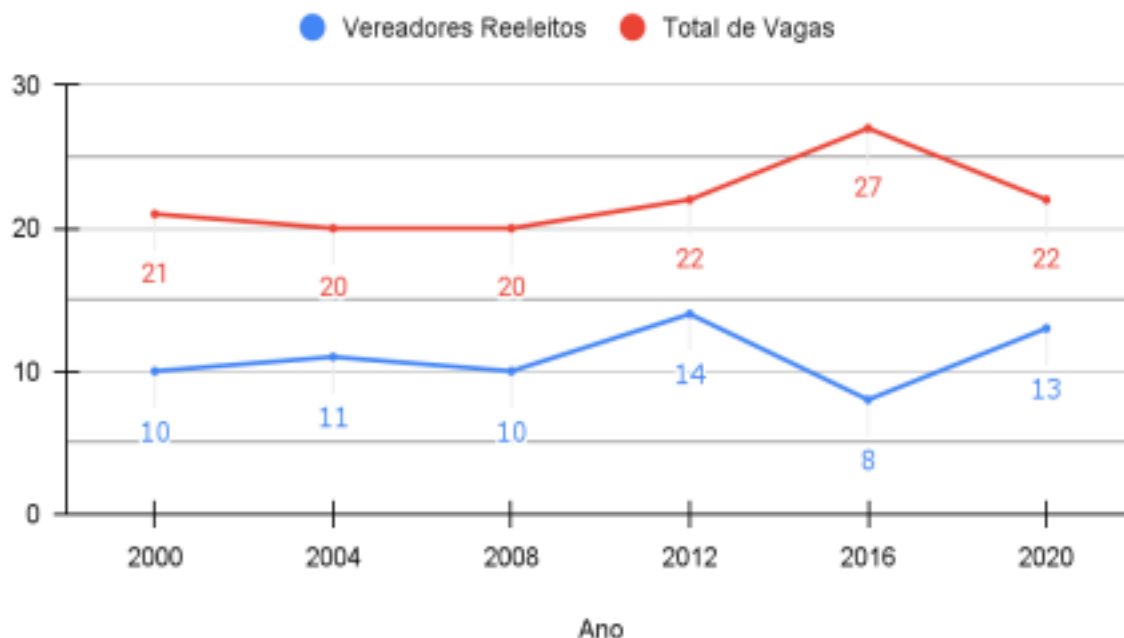
No município de Ribeirão Preto as eleições municipais no período analisado, todos os prefeitos eleitos conseguiram sua reeleição, como Dárcy Vera (DEM) que foi eleita em 2006, e reeleita em 2012, e Antônio Duarte Nogueira (PSDB) que foi eleito em 2016 e reeleito em 2020. Todos os outros prefeitos que ganharam a eleição no período já haviam sido chefes do executivo em momentos anteriores a emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, que permitiu a reeleição para o cargo, como Antonio Palocci (PT) que inicialmente foi eleito em 1992 e posteriormente em 2000, e Welson Gasparini, eleito em 1963, posteriormente em 1972, 1988 e por último em 2004, abrangendo o período analisado nessa pesquisa e sendo o Prefeito que por mais tempo exerceu o cargo num total de 17 anos.²

Esta pesquisa também avaliou a situação da reeleição no âmbito legislativo. Diferente do Executivo, a reeleição para cargos no legislativo não possuem um limite, permitindo assim que Vereadores, Deputados Estaduais, Federais e Senadores se mantenham em seus cargos consecutivas eleições. A taxa de reeleição pode refletir diversos fatores, como o apoio popular, a eficácia das campanhas eleitorais e o desempenho legislativo dos parlamentares. A partir dessa visualização, é possível identificar tendências de estabilidade ou renovação no cenário político local, fornecendo uma base para discutir a força das candidaturas incumbentes em comparação aos novos candidatos que emergem a cada ciclo eleitoral. O gráfico a seguir apresenta a taxa de reeleição dos vereadores e o total de vagas nas eleições municipais de Ribeirão Preto no período de 2000 a 2020.

² Antes da emenda constitucional nº 16, de 1997, era permitido um chefe do Executivo ocupar mais de um mandato o cargo, porém de maneira não consecutiva, como o caso dos dois Prefeitos citados na pesquisa, Welson Gasparini e Antonio Palocci.

Gráfico 2 - Vereadores Reeleitos e Total de Vagas.

VEREADORES REELEITOS E TOTAL DE VAGAS



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Com o índice de Democratização, podemos averiguar como se deu uma possível influência da incumbência política dentro no índice, tanto na esfera do Executivo e do Legislativo. No caso dos prefeitos, consideramos os anos em que eles foram reeleitos, tanto aqueles que sua reeleição ocorreu em seguida de seu primeiro mandato, ou então que se estabeleceu um período de tempo entre os mandatos, como o caso de Palocci e Gasparini. Já na esfera do Legislativo, através dos Vereadores, consideramos o número de candidatos reeleitos em relação à legislatura anterior, para assim obter a taxa de reeleição entre as legislaturas. Os anos de reeleição para prefeitos, considerando os critérios anteriormente estabelecidos, seriam os anos de 2000, 2004, 2012 e 2020.

De acordo com o gráfico, podemos perceber que em média a taxa de reeleição entre os vereadores foi de 50,81% nos seis pleitos analisados, evidenciando que há um favorecimento para aqueles vereadores que já possuem um cargo no Legislativo e buscam a reeleição.

O ano de 2016 em específico chama atenção no gráfico a baixa taxa de reeleição, com 29,62% de vereadores reeleitos, fugindo da média comparada aos outros anos, além de contribuir para a diminuição da taxa média de 50,81%, que sem o ano de 2016 seria de

55,04%. O que se destaca também nesse ano é o elevado número de cadeiras disponíveis para o cargo, além de ser o ano em que menos vereadores foram reeleitos dentro do período analisado.

Desde 2012 já haviam projetos de lei para aumentar de 22 para 27 cadeiras na Câmara Municipal, porém manifestações na cidade fizeram com que a própria Câmara voltasse atrás na decisão. Em 2014 o TJ (Tribunal de Justiça) porém, entendeu uma inconstitucionalidade na Emenda 43/2012* à Lei Orgânica de Ribeirão Preto, que reduzia de 27 para 22 cadeiras, mantendo as 27 cadeiras de vereadores. Apenas em novembro de 2017, o ministro Dias Toffoli relatou o caso, e julgou juntamente com o STF (Supremo Tribunal Eleitoral) a constitucionalidade da Emenda, fazendo com que a Câmara Municipal voltasse às suas 22 cadeiras. Porém essa medida só iria valer a partir do pleito de 2020, com o Ministro alegando: “Ao reformar o acórdão (do TJ-SP) eu não posso cassar aqui o voto popular e reduzir aqueles que foram eleitos”³(SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Outro fator fundamental para compreender como se deu a diminuição dos vereadores reeleitos em 2016 é a Operação Sevandija. Em Setembro de 2016, a Polícia Federal juntamente com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) deu início a Operação Sevandija, investigando sobre desvios de recursos públicos e licitações fraudulentas que estimaram 256 milhões de reais desviados. (Almeida, 2020). Em resumo, esse caso envolvia as esferas do Legislativo e Executivo local, também empresas contratadas pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto (Coderp) que realizaram as licitações superfaturadas. Além de envolver o apoio político dos vereadores na Câmara Municipal à então chefe do Executivo, Dárcy Vera (PSD), que barravam qualquer abertura de comissões de inquérito para investigar esses contratos superfaturados, e de outras solicitações vindas da Prefeita que dependia da aprovação da Câmara Municipal.

A operação envolveu diversas instituições do funcionalismo público local além do âmbito Legislativo e Executivo, como a Secretaria da educação, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto (Coderp) e Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (Daerp), e de outras empresas privadas. No total, a operação contou com 21 réus condenados, sendo 9 deles vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016) de um total de 22 parlamentares⁴(MINISTÉRIO PÚBLICO, 2019).

³ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=361212>

⁴ Disponível em:

<https://mpsp.mp.br/w/na-opera%C3%A7%C3%A3o-sevandija-do-gaeco-21-s%C3%A3o-condenados->

A corrupção como ocorreu em Ribeirão Preto no período, foi caracterizada pelo segredo e reciprocidade entre os agentes de todo esse esquema, entre os vereadores, a prefeita e outros funcionários públicos ou do setor privado, evidenciando a existência de integração social, interesses e relações clientelistas (DUENAS; MOYA, 2015, apud ALMEIDA, 2020). Para Almeida (2020) a questão primordial da democracia reside na restrição do poder de um indivíduo ou grupo, e a distribuição dele entre a sociedade. A existência de participação cidadã, transparência e sistemas de pesos e contrapesos, ajudam na diluição do poder e na não concentração dele. A corrupção, ao se manifestar, contradiz o princípio fundamental da igualdade que sustenta a democracia, minando a capacidade de participação e representação nas decisões políticas.

No âmbito local, Pinto (2011) chama a atenção para os municípios porque pequenos grupos na esfera municipal geralmente têm o poder político e econômico. A autora sustenta que o controle da corrupção é mais difícil no poder local devido a uma variedade de características, como maior concentração de poder, burocracia administrativa de pouca qualificação, pouco controle político pelo Legislativo, ativismo social baixo e pouca circulação e transparência de informações. Na esfera municipal, essas características encontram um cenário mais abundante devido às transformações empreendidas pela Constituição Federal de 1988, que garantiu aos municípios autonomia do governo local para sua gestão fiscal e de políticas públicas, além de uma maior independência aos demais entes federados. O aumento de autonomia e de autogestão impactaram diretamente a questão de abusos e desvios do setor público, especialmente na área ligada ao orçamento (ALMEIDA, 2020).

A Operação Sevandija foi fundamental para a diminuição dos vereadores que foram eleitos em 2016, tendo em vista que dos nove vereadores que foram condenados na operação, apenas um não concorreu a reeleição, Saulo Rodrigues da Silva (PRB). Dos oito que concorreram, apenas um conseguiu se reeleger, Capela Novas (PPS), porém foi proibido pela justiça de tomar posse, a decisão da 4ª Vara Criminal também vetou qualquer um dos outros condenados de assumir uma vaga no Legislativo⁵(G1, 2016). Todos os vereadores que tentaram a reeleição, contaram com uma diminuição extrema dos seus votos quando

por-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-outros-crimes#:~:text=e%20Marco%20Ant%C3%B4nio%20dos%20Santos,empres%C3%A1ria%20que%20participava%20do%20esquema

⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2016/12/juiz-proibe-vereador-reu-da-sevandija-de-tomar-posse-em-ribeirao-preto-sp.html>

comparados às suas eleições anteriores, apontando para forte queda de apoio entre seus eleitores.

Vale ressaltar que o ano de 2016 marcou o início da queda da participação eleitoral no período analisado. 2012 foi o que contou com maior número de participação de eleitores, com 336.780 eleitores e uma abstenção de 22,07%, já 2016 contou com 325.618 e abstenção de 27,6%, e por fim 2020 foram 298.508 eleitores e uma abstenção de 32,4%.

Segundo Oliveira (2008), o fenômeno da corrupção causa uma descrença generalizada da população com seus líderes políticos, além de que a esfera municipal é a que mais sofre com esse fenômeno, especialmente devido aos desvios de recurso públicos prejudicando obras importantes para o desenvolvimento da vida urbana. Todo esse processo gera um desinteresse pelos políticos e pela participação na política, sendo um dos possíveis motivos que levou o índice de democratização e a participação dos eleitores sofrerem uma queda quando comparado aos anos anteriores.

A relação entre a taxa de reeleição de vereadores e o índice de democratização oferece uma perspectiva sobre como as dinâmicas políticas locais refletem o amadurecimento e a estabilidade das instituições democráticas. A reeleição dos representantes pode indicar a satisfação do público com o desempenho dos eleitos e com o sistema político que permite que os líderes tradicionais permaneçam no poder. Por outro lado, o objetivo do índice de democratização é avaliar se o processo político é aberto e plural, e se ele permite a participação livre e ampla da sociedade.

O impacto da qualidade da democracia na confiança política e na estabilidade das instituições é outro tema relevante no assunto. Quando o sistema é mais democrático, pode haver mais competição política, o que tende a diminuir a probabilidade de candidatos conhecidos serem reeleitos novamente, favorecendo a renovação. No entanto, o oposto pode acontecer se a democracia local for percebida como estável e eficiente, o que leva à confiança dos eleitores nos representantes já eleitos (MAUK, 2021; LACHER; WAMSLEY, 2023).

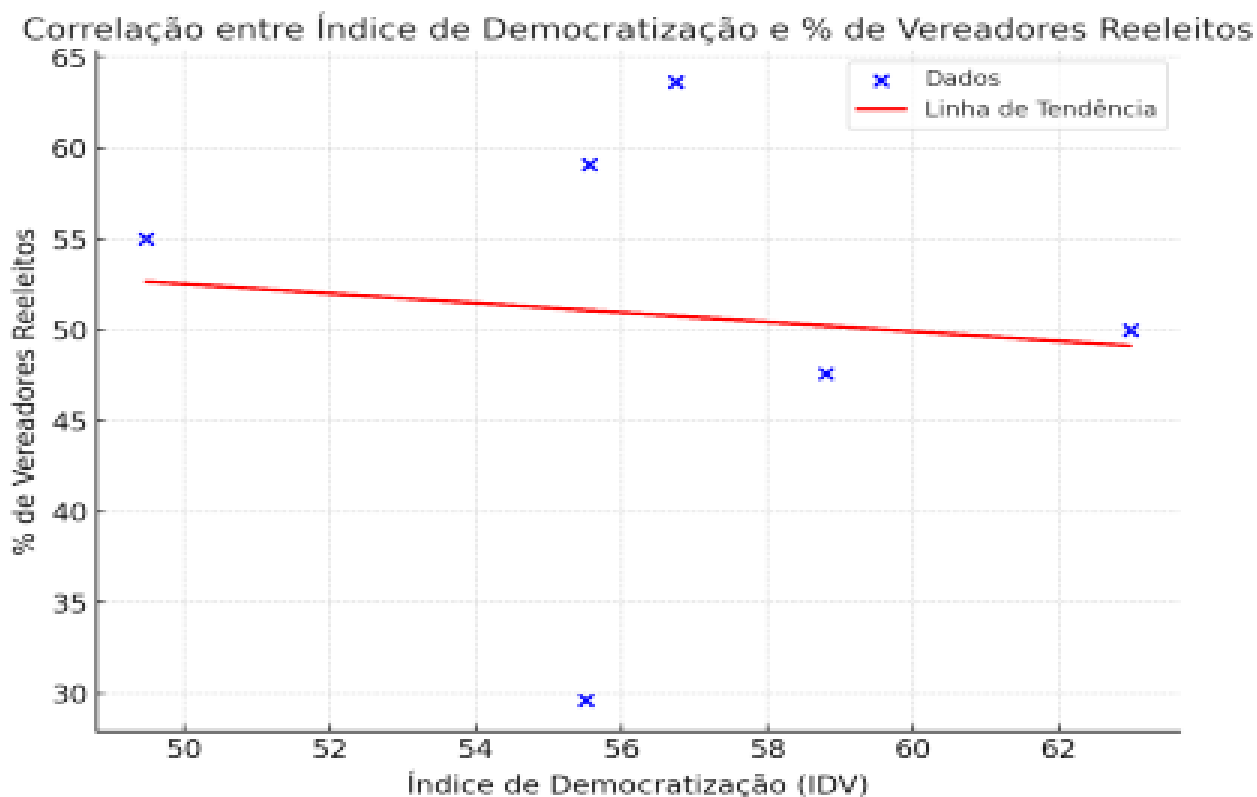
Além disso, altos índices de reeleição podem indicar a manutenção das elites políticas, o que pode indicar um certo declínio na democracia. Por outro lado, baixos índices de reeleição podem indicar uma renovação política maior, provavelmente impulsionada por uma população mais engajada (LITTLE; MENG, 2024; GEDDES, 2024).

Considerando os pontos acima mencionados, correlacionar o índice de democratização com a reeleição de vereadores não apenas permite examinar o impacto que a abertura política tem sobre a continuidade das lideranças, mas também ajuda a avaliar até que ponto a

renovação ou a permanência no poder está vinculada ao grau de amadurecimento democrático de uma cidade.

A relação entre as duas variáveis mencionadas anteriormente, foi calculada através da Correlação de Pearson, que mede a relação linear entre duas variáveis, independentemente das unidades. Ela fornece um valor entre -1 e 1, onde 1 indica uma correlação positiva perfeita, -1 indica uma correlação negativa perfeita e 0 indica que não há correlação linear. O resultado da correlação entre Índice de Democratização com a reeleição de vereadores no período de 2000 até 2020 foi de aproximadamente **-0.097**. O resultado obtido, por ser muito próximo de 0, indica que não há uma relação linear forte entre as variáveis estabelecidas, em outras palavras, as variações no índice de democratização não parecem estar associadas de maneira consistente com as variações na taxa de reeleição de vereadores ao longo desses anos.

Gráfico 3 - Correlação entre Índice de Democratização e % de Vereadores Reeleitos.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Os pontos que representam cada ano estão amplamente dispersos, o que indica que não há uma relação linear clara entre o índice de democratização e a porcentagem de vereadores reeleitos. A linha de tendência no gráfico sugere uma leve inclinação negativa, reforçando o valor da correlação de Pearson, que foi próximo de -0,097. Esse valor baixo indica que, ao longo dos anos, não há uma relação forte entre o índice de democratização e a reeleição. Um aumento no índice de democratização dos vereadores tende a estar fracamente associado a uma leve queda nas taxas de reeleição, mas essa relação não é significativa o bastante para ser considerada consistente.

Analisando ano a ano, observamos que as variações nas taxas de reeleição dos vereadores não correspondem diretamente às variações no índice de democratização. Um exemplo disso é 2016, quando, apesar de o índice de democratização ser semelhante ao de 2020, as taxas de reeleição foram drasticamente diferentes, possivelmente influenciadas por fatores externos, como a Operação Sevandija. Esses resultados indicam que o índice de

democratização não é um fator decisivo para prever a reeleição, sugerindo que aspectos locais, problemas socioeconômicos e o desempenho individual dos vereadores podem ter maior impacto, tornando a relação entre democratização e reeleição complexa e não linear.

6- CONCLUSÃO

Um dos objetivos dessa pesquisa foi a comparação dos resultados obtidos em Ribeirão Preto com a tendência nacional calculada por Cervi e Neves (2019) nas eleições municipais de 2016, tendo em vista que os autores categorizam os municípios baseados em faixas populacionais, sendo o maior grupo aqueles que contêm acima de 200 mil habitantes, num total de 132 municípios no Brasil, Ribeirão contou com 698 mil habitantes no censo de 2022 do IBGE e se enquadra dentro dessa categoria estabelecida.

O estudo referenciado de Cervi e Neves (2019), que abordou apenas o pleito municipal de 2016, contou com um Índice de Democratização, nas cidades com mais de 200 mil habitantes, nas eleições majoritárias de 49,79 pontos, e nas proporcionais 61,26 pontos, enquanto Ribeirão Preto, fazendo uma média em todo o período analisado, pontuou 47,14 nos pleitos majoritários e 56,51 nos proporcionais, evidenciando que as eleições médias dos municípios de grande porte do Brasil são mais democráticas quando comparado às do município de Ribeirão Preto, tantas nas esferas do Legislativo quanto do Executivo.

Uma comparação mais precisa, seria apenas dando luz ao ano de 2016 no município em questão, que contou com 55,51 pontos para as eleições proporcionais, e 51,7 nas majoritárias. Nesse cenário em específico, Ribeirão Preto contou com um processo eleitoral mais democrático na eleição para Prefeitura em relação à média nacional, já para a escolha dos Vereadores, a cidade se mostrou menos democrática. No entanto, os índices da cidade se mostraram de acordo com a tendência nacional. Em todos os anos analisados, com exceção de 2004, o índice de democratização das eleições proporcionais foi superior aos das eleições majoritárias, o mesmo foi verificado numa tendência nacional, principalmente nas cidades de grande porte, essa diferença, no caso de Ribeirão Preto, foi mais notável.

O objetivo desta pesquisa foi aplicar o Índice de Democratização de Vanhanen à cidade de Ribeirão Preto e examinar sua evolução de 2000 a 2020. Os resultados mostraram uma variação pontual no índice ao longo das eleições majoritárias e proporcionais; isso reflete momentos em que a competição e a participação política aumentaram ou diminuíram. A análise da pesquisa apontou que, em média, o processo eleitoral proporcional (vereadores) foi mais democrático do que o processo eleitoral majoritário (prefeito). Isso corrobora os estudos nacionais que mostram uma tendência semelhante nas eleições municipais de grande porte no Brasil.

A pesquisa também destaca que eventos políticos e sociais, como a Operação Sevandija e o impacto da pandemia de Covid-19, influenciaram diretamente o comportamento eleitoral e a participação democrática, evidenciando a relação entre fatores externos e o processo de democratização local. A alta abstenção registrada em 2020, por exemplo, sugere que o contexto de crise pode afetar de maneira significativa a confiança dos eleitores nas instituições políticas.

No entanto, o cálculo da correlação entre o índice de democratização e a taxa de reeleição dos vereadores demonstrou que não há uma relação linear significativa entre essas variáveis. Isso sugere que outros fatores, como o desempenho individual e as dinâmicas socioeconômicas, podem afetar a continuidade do poder local.

Os achados deste estudo contribuem para o entendimento da democracia em nível local, sugerindo que, embora Ribeirão Preto apresenta um processo eleitoral relativamente estável, há espaço para melhorias na competitividade e participação política. Como proposta para pesquisas futuras, sugere-se a análise de outros municípios com características populacionais e econômicas similares, a fim de verificar se as tendências observadas em Ribeirão Preto podem ser generalizadas, ou apenas ocorreu no contexto específico do município.

REFERÊNCIAS

-ALMEIDA, Acir; LOPEZ, Felix. Representação política local e clientelismo. In KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da (Orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2014. p. 159 – 189.

-Almeida, Tailon Rodrigues. *Corrupção no âmbito Municipal: O Caso Sevandija em Ribeirão Preto*. Dissertação Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

-BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Reeleição para o executivo municipal no Brasil (2000- 2008). Revista Debates, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 97-115, jul./dez. 2009.

-BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. Reeleição e continuísmo nos municípios brasileiros. Revista Novos Estudos Cebrap, n. 93, p. 9-21, 2012.

-BULMER, E. Local democracy. Stockholm, Sweden: International IDEA, 2017.

-CARREIRÃO, Yan de Souza. Abstenção eleitoral, voto facultativo e obrigatório, In: Eleições Municipais na Pandemia. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

-CERVI, Emerson ; NEVES, Daniela. Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais no Brasil de 2016. Revista Sociedade e Estado, v. 34, n.2. 2019.

-DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp. 2012.

-DANTAS, Humberto. Prefácio: O desafio de compreender a política municipal. In: KERBAUY, M. T. M.; ROCHA, Marta Mendes da (Orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2014.

-DIAMOND, L. (ED.). Para entender a democracia. Curitiba, Brasil: Instituto Atuação, 2017.

-ELSTUB, S. Towards a deliberative and associational democracy. Edinburgh, Scotland: Edinburgh University Press, 2008.

-DUENAS, Gabriel ; MOYA, Emilio. Las relaciones sociales que possibilitan la corrupción en municipios: un estudio de dos casos. In Revista Transparencia & Sociedad, no 3. 2015. p. 13-28.

-GEDDES, Barbara. O que causa a democratização? In: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (Eds.). The Oxford handbook of comparative politics. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199566020.003.0014>. Acesso em: 12 set. 2024.

-G1. Juiz proíbe vereador réu da Sevandija de tomar posse em Ribeirão Preto, SP. G1, Ribeirão Preto e Franca, 27 dez. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto/franca/noticia/2016/12/juiz-proibe-vereador-reu-da-sevandija-de-tomar-posse-em-ribeirao-preto-sp.html>. Acesso em: 17 set. 2024.

-KERBAUY, Maria Teresa Miceli. A morte dos coronéis: política e poder local. Curitiba: Editora Appris. 2016.

-KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisas. In KERBAUY, Maria Teresa Miceli; ROCHA, Marta Mendes da. (Orgs.). Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2014.

-LAVAREDA, Antônio; Telles, Helcimara (org.) Eleições Municipais na Pandemia. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

-LACHER, Hannes; WAMSLEY, Dillon. Democratization, development, and

inequality: the limits of redistributive models of democracy. *Theory and society*, v. 52, n. 6, p. 1031–1065, 2023.

-LITTLE, A. T.; MENG, A. Measuring democratic backsliding. *PS, political science & politics*, v. 57, n. 2, p. 149–161, 2024.

-MAUK, Marlene. Quality of democracy makes a difference, but not for everyone: How political interest, education, and conceptions of democracy condition the relationship between democratic quality and political trust. *Frontiers in political science*, v. 3, 2021.

-MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Na operação Sevandija do GAECO, 21 são condenados por corrupção e outros crimes. Portal do MPSP, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://mpsp.mp.br/w/na-opera%C3%A7%C3%A3o-sevandija-do-gaeco-21-s%C3%A3o-condenados-por-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-outros-crimes>. Acesso em: 17 set. 2024.

-OLIVEIRA, Manoel Berclis de. O fenômeno da corrupção na esfera pública brasileira. 2008. 116 f. Dissertação (Mestrado em Políticas e Gestão Públicas; Gestão Organizacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

-PERES, Paulo Sergio. Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 23 no 68. São Paulo: ANPOCS, out. 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>

-PASSADORE, Bruno de Almeida; FORIGO, Camila Rodrigues. Fim das Coligações Proporcionais e Seus Efeitos no Legislativo Municipal Brasileiro: Uma Análise a Partir do Resultado eleitoral de 2020. *Resenha Eleitoral*, Florianópolis, SC, v. 25, n. 00, p. e0129, 2021. DOI: 10.53323/resenhaeleitoral.v25i1.129. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/129>. Acesso em: 26 ago. 2024.

-PINTO, Celi Regina Jardim. *A Banalidade da Corrupção: uma forma de governar o Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2011.

-REIS, Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos. O ativismo judicial no Brasil: o caso da verticalização. 2014. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.2.2017.tde-09082017-160419. Acesso em: 2024-08-26.

-SENADO FEDERAL. Especialistas analisam abstenção recorde nas eleições de 2020. Portal do Senado Federal, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/30/especialistas-analisam-abstencao-recorde-nas-eleicoes-de-2020>. Acesso em: 17 set. 2024.

-SILVA, D. de M. APRESENTAÇÃO - DEMOCRACIA LOCAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO E CULTURA POLÍTICA. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 29, n. 2, 2020. DOI: 10.4322/tp.v29i2.816. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/816>. Acesso em: 28 abr. 2023.

-SILVA, Nivaldo Correia da. O lugar da corrupção: deficiências e formas de controle na gestão de governo municipal. 2007. 173 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF mantém 22 cadeiras para vereadores em Ribeirão Preto. Portal do STF, 29 nov. 2017. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=361212>. Acesso em: 17 set. 2024.

-THE ECONOMIST Democracy Index 2019. A year of democratic setbacks and popular protest. Disponível em <http://www.eiu.com/Handlers/WhitepaperHandler.ashx?fi=Democracy-Index-2019.pdf&mode=wp&campaignid=democracyindex2019>. Acesso em 27 Abril. 2023.

-VANHANEN, Tatu. Democratization: a comparative analysis of 170 countries. London: Routledge, 2003.